

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA
DE 26 DE FEVEREIRO DE 2010

N.º 1/2010

DIA: Vinte e seis de Fevereiro do ano de dois mil e dez.-----

HORA: Dezanove horas e vinte minutos.-----

LOCAL: Salão Nobre do Edifício Municipal de Vale de Cambra.-----

PRESENCAS:-----

O PRESIDENTE: Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho (PPD/PSD).-----

1º SECRETÁRIO: Dr. António Fernando de Pina Marques (PPD/PSD).-----

2º SECRETÁRIO: Eng.^a Maria de Fátima de Castro Soares da Silva Fonseca
(PPD/PSD). -----

PPD/PSD - Dr. António Paulo Soares Barbosa;-----

PPD/PSD - Dr. Rodrigo Oliveira da Silva;-----

PPD/PSD - Dra. Rosa Anita Ferreira Teixeira da Silva Conrado;-----

PPD/PSD – Manuel Domingos da Costa Tavares;-----

PPD/PSD - Dra. Célia Maria dos Santos Tavares;-----

PPD/PSD - Eng.º Jorge Miguel Martins Quental;-----

PPD/PSD - Dra. Maria de Fátima Marques Teixeira Gomes Martins dos Santos;---

CDS/PP - Eng.º Aníbal Moreira da Costa;-----

CDS/PP - António Gomes;-----

CDS/PP – Dra. Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro;-----

CDS/PP - Albano de Oliveira Braga;-----

CDS/PP - José do Nascimento Peres;-----

CDS/PP - Dra. Maria Silvina de Almeida Sá Vale Pissarra;-----

2010.02.26

CDS/PP - António dos Santos Sousa;-----

CDS/PP - Eng.º Miguel Joaquim de Moura Ferreira de Matos;-----

PS - Dr. João Pedro Bastos Silva;-----

PS – Dra. Maria do Rosário Simões de Carvalho;-----

PS - Manuel de Sousa Pinho;-----

PPD/PSD - Carlos Manuel Almeida Dias, Presidente da Junta de Freguesia de Arões;-----

PPD/PSD - Rogério Brandão dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos;-----

PPD/PSD - Manuel Correia de Campos, Presidente da Junta de Freguesia de Codal;-----

PPD/PSD - Manuel Joaquim Rodrigues de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira;-----

PS - João Pedro Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra;-----

PPD/PSD - Carlos Manuel de Almeida Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Rôge;-----

PPD/PSD - Jorge Tavares da Costa, Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro de Castelões;-----

PPD/PSD – Vítor Manuel Ribeiro Tavares, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã;-----

PPD/PSD – Dr. Almerindo Tavares da Costa dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cova de Perrinho.-----

Nos termos do disposto no artigo 48.º da Lei 169/99 de 18-09, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11-01, encontram-se presentes, em representação da

2010.02.26

Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Câmara, Eng.º José António Bastos da Silva e os Vereadores Senhores Dra. Adriana Helena Silva Rodrigues, Dra. Elisabete Soares Moreira da Rocha e Dr. José Pedro Vieira de Almeida.-----

- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que se encontra disponível para consulta a correspondência recebida, salientando:-----

- Comunicação da Senhora Maria Augusta Resende da Costa Leite, com registo de entrada n.º 13, de 14.01.2010, pela qual veio agradecer “o voto de pesar que assinala de modo muito sentido a grande perda que todos sofremos”. Leu a referida comunicação.-----

- Ofício do Senhor Presidente da Câmara, com registo de entrada n.º32, de 25.02.2010, pelo qual remete o Parecer Jurídico relativo à atribuição de voto de louvor a um funcionário da Câmara, o qual passou a ler, e segundo o qual “à Assembleia Municipal cabe apenas legitimidade para emitir voto de louvor aos cidadãos/municípes, nos termos do que se encontra estabelecido no respectivo Regimento.”-----

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia deu os parabéns ao Dr. João Pedro Bastos Silva pela sua eleição como Presidente da Federação Distrital da Juventude Socialista. Referiu entender ser uma nota importante porque Vale de Cambra cresce assim, seja em que partido for, é importante que tenhamos as pessoas certas nos lugares certos para defender os interesses do Município.-----

A Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade dos seus trinta membros, o seguinte voto de pesar, após o qual guardou um minuto de silêncio:-----

2010.02.26

“Ao Sr. Presidente do Governo da Região Autónoma da Madeira, Dr. Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim.-----

Face à trágica intempérie que se abateu sobre a Madeira no pretérito dia 20, a perda de vidas e bens, é com profunda consternação que a Assembleia Municipal de Vale de Cambra, legítima representante de todos os Valecambrenses, vive esta nefasta ocorrência.-----

É pois, com o seu mais elevado sentido de solidariedade que este órgão autárquico manifesta a V. Ex.^a e na sua pessoa a todos os Madeirenses, um voto de pesar pela perda das vidas humanas e a esperança na recuperação das melhores condições de vida aos cidadãos desalojados e a todas as vítimas deste trágico acontecimento.”-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra aos Membros inscritos, não sem antes apelar à capacidade de síntese destes para que se consiga respeitar o tempo destinado ao Período de Antes da Ordem do Dia, que segundo o Regimento não deverá ultrapassar os sessenta minutos. Pretende assim evitar que esta sessão se prolongue demasiado, tal como aconteceu com a anterior.-----

No uso da palavra o Senhor Eng.º Aníbal Moreira da Costa fez referência à falta de condições da sala para a realização das sessões, pois não têm uma mesa ou bancada para colocar os seus documentos. Solicitou à Câmara que corrija se possível essa falha. Referiu que a convocatória não se fez acompanhar de todos os documentos de suporte à análise e que estes são muito importantes, devido à grande importância dos assuntos agendados. Embora concorde com o uso das novas tecnologias, referiu que deseja que os documentos lhes sejam enviados a todos os elementos, em formato papel, referenciando diversos

2010.02.26

formatos de fotocópia para poupar papel e meios, uma vez que nem todos têm acesso a um computador e também não têm bancada para o colocar aqui nas sessões para fazer as consultas dos documentos, no caso de os receberem em ficheiro informático.-----

Interveio o Senhor António Gomes começando por referir o que a seguir se transcreve, de acordo com o solicitado: “Dou conhecimento ao Exmo. Senhor Presidente da Assembleia e a todos os senhores Membros da Assembleia, que fiz duas exposições, uma ao Senhor Provedor de Justiça, e outra à Inspeção Geral de Administração Local sobre a obra (para mim ilegal) dos WC's públicos que a Exma. Câmara Municipal construiu na Praça Pública de S. Pedro de Castelões; que continuam ilegais, pois não foi prevista qualquer área reservada a deficientes (que os há infelizmente) bem como exaustão de cheiros, etc.; das quais já obtive resposta, aguardando que a Exma. Câmara Municipal envie os documentos solicitados a fim de poder analisar a sua conformidade, e se são fiáveis; Este assunto é para levar até às últimas consequências, o Povo de S. Pedro de Castelões não merecia tal desrespeito.-----

Não ficaria de bem com a minha consciência se aqui não pudesse expressar o meu profundo reconhecimento ao trabalho árduo que os Senhores Presidentes de Junta eleitos, sempre tiveram e têm em prol, unicamente do bem-estar dos cidadãos das suas freguesias.-----

No entanto, sem que os mesmos tenham qualquer responsabilidade no preceituado na Lei 5-A/2002, levou-me a fazer uma exposição ao Senhor Presidente da Assembleia da República e aos Grupos Parlamentares dos Partidos, dos quais já recebi resposta, sobre o que considero ser um atropelo à democracia; que os mesmos tenham direito a voto nas Assembleias Municipais.

2010.02.26

Porque estas reuniões que deveriam ser importantes para o destino do Concelho (ou concelhos) do País, são alteradas no seu sentido de voto, pelos elementos das Juntas de Freguesia, que por inerência a integram, não deveriam votar, pois ninguém votou neles para a Assembleia Municipal. Mas, como a Lei, (mal) assim o permite, (ficam a ser Filhos Pródigos) da Câmara Municipal, vivem em parte das suas migalhas, são obrigados a obedecer à voz do Dono, porque em grande parte dele dependem. Por isso estas reuniões da Assembleia Municipal são uma farsa. Os elementos eleitos para a Assembleia Municipal tiveram os seguintes votos: seis mil seiscentos e oitenta e quatro votos para o PSD (dez elementos); cinco mil duzentos e seis votos para o CDS (oito elementos); dois mil cento e trinta e dois para o PS (três elementos); e ainda quatrocentos e dezoito votos para PCP/PEV (zero elementos). Para estes cidadãos serem eleitos havia um boletim de voto, como também havia para a Câmara Municipal e para as Assembleias de Freguesia na qual eles a integram.-----

Até se poderia concordar que fizessem parte da Assembleia Municipal, mas sem direito a voto. Não é por acaso, o caso de Vale de Cambra, mas no País existem muitos Limianos.-----

Não estou a ver um Senhor Presidente de Junta a votar contra o Plano e Orçamento da Câmara Municipal; e depois se isso acontecesse que resposta teriam da Câmara Municipal ao dirigir-se a ela para obter mais meios para a sua freguesia? Eu no lugar dele teria de pensar duas vezes. Desobedecer à voz do dono é remar contra a maré. Daí o meu entender, e para salvaguardar a sua independência em relação à Câmara Municipal que os Senhores Presidentes de Junta devessem integrar as Assembleias Municipais mas sem direito a voto.”-----

2010.02.26

De seguida, disse que ao ler uma notícia num jornal local, de Fevereiro de dois mil e dez, uma notícia relativa à Concessão Vouga e ao IC35, ficou perplexo por o Sr. Presidente da Câmara, andar a apoiar obras ou investimentos em concelhos limítrofes, nomeadamente nos concelhos de Arouca e Oliveira de Azeméis, em detrimento de Vale de Cambra. Referenciou que inicialmente o IC35 ligaria o IP4/ Penafiel ao IP5/Talhadas (A25) e passaria no interior das freguesias de Macieira de Cambra, Rôge, Cepelos, S. Pedro de Castelões e Junqueira (perto da Chã), e depois entraria no concelho de Sever do Vouga. Os jornais nacionais mencionaram em devido tempo esse itinerário sendo sobejamente conhecido o concurso público do estudo prévio do IC35 entre Castelo de Paiva e IP5 - EIEP n.º 7/2004 - EPR, mencionado no jornal Correio da Manhã de seis de Fevereiro de dois mil e quatro e de vinte e cinco de Julho de dois mil e oito. O Senhor Ministro da Economia anunciou que o concurso para a construção do IC35 entre Penafiel e Sever do Vouga seria lançado este ano conforme edição desse jornal de um de Setembro de dois mil e nove. Acrescentou que este seria o desenvolvimento do interior de alguns concelhos, que nem estão no litoral nem no interior. Fazendo ainda referência à mesma notícia, disse ter verificado com tristeza que a Câmara Municipal de Vale de Cambra negociou com as Estradas de Portugal desistir do IC35 desde a Zona Industrial do Rossio, (limites de Arouca) pela troca de dois mil e trezentos metros para a ligação do Nó do Rossio a Mansores, (concelho de Arouca), e a ligação de Codal à futura A32, no concelho de Oliveira de Azeméis. Referiu que com esta posição o Sr. Presidente da Câmara hipotecou as nossas legítimas aspirações, beneficiando Oliveira de Azeméis e Arouca, em detrimento de Vale de Cambra e Sever do Vouga, onde deixarão de ser executados quilómetros e quilómetros de itinerário complementar.

2010.02.26

De seguida, solicitou a pujança da indústria presente na sede do Concelho e que esta necessita de uma via estruturante para Norte, pois a EN 224 para São João da Madeira está caduca, referindo ainda a existência da Zona Industrial da Calvela no interior do concelho. Como tal disse não concordar com uma frase mencionada no artigo de jornal, afirmando que o interior continua distante. Ainda sobre essa notícia, acrescentou que Vale de Cambra tem no PIDDAC de dois mil e dez apenas a verba de oitenta e seis mil cento e quarenta e três euros (€ 86.143,0), enquanto que Arouca tem uma dotação de dois milhões, seiscentos e quarenta e três mil, quinhentos e dez euros (€ 2.643.510,0).-----

Mencionou ainda a sua tristeza por não se irem executar as variantes à cidade, obras que considera imprescindíveis e que no seu entender deviam ser lançadas antes da destruição da Av. Infante D. Henrique e da Av. Camilo Tavares de Matos, a maior do Distrito de Aveiro e talvez do País.-----

Deixou os parabéns e reconhecimento à Câmara Municipal pela limpeza das valetas da EM 552, de Cartim a Junqueira, que não era limpa há anos e a limpeza da Av. de Macinhata até à Rotunda de Entre-Pontes. Relativamente à EM 552 lembrou da necessidade de colocar rail's de protecção nas curvas mais perigosas. Quanto à Av. de Macinhata até à Rotunda de Entre-Pontes lembrou que faltam colocar as grades de ferro e perguntou para quando se prevê o acabamento da Av. entre Burgães e a Rotunda de Entre-Pontes, nomeadamente passeios e última camada de tapete. Pouca coisa é necessária e seria uma obra digna na Freguesia.-----

Referiu que a Câmara se livrou das suas críticas ao não financiar o curso carnavalesco. Em hora de contenção orçamental, acha que este corte foi muito benéfico para as finanças municipais, deu os parabéns também por isso.-----

2010.02.26

Por fim, solicitou a limpeza do Miradouro da Sra. da Saúde que está carregado de árvores na sua frente, bem como do Fontanário que está cheio de lixo. Referiu que o Parque das Carvalhas já muito melhorou mas ainda tem árvores secas, e que será melhor retirar o outdoor que ali se encontra pois está a parecer mal, os abrigos de passageiros estão vandalizados e os passeios têm pedras soltas. Alertou ainda que o tanque da água para combate aos fogos está por limpar, na estrada que liga Algeriz à Zona Industrial do Rossio. Acrescentou que a sinalização do concelho está a precisar de uma revisão.-----

Usou da palavra o Senhor António dos Santos Sousa informando que as máquinas ainda não andam na estrada de Macieira de Cambra à Pena, ao contrário da informação prestada na última sessão.-----

Fez referência ao facto de estar ali em representação do eleitorado que confiou nele e nos seus colegas para fazer oposição forte, mas com sentido de responsabilidade, pelo que se necessário for alterar o seu sentido de voto (em relação ao da sua bancada) o fará, se a sua consciência assim o indicar. O seu vínculo aqui é pelos interesses dos Valecambrenses e acima de tudo dos Macieirenses. Acrescentou que Macieira de Cambra precisa ser vista de uma forma mais séria, mais prática, mais objectiva, pois além do seu historial concentram-se nela grande parte das indústrias do concelho, designadamente a Portugal Alves, a Catari, a Vacarinox, a Uniagri, bem como os estaleiros da Câmara, o Centro de Saúde, o Posto da GNR e o Museu Municipal. Até Ferreira de Castro gostava de ali passar o seu tempo. Relatou parte da história de Macieira de Cambra desde que esta recebeu o Foral até que a sede do concelho passou desta Freguesia para o lugar da Gandra. Assim, ficou perplexo pela não construção do Pavilhão número dois, de Macieira de Cambra, bem como pela

2010.02.26

informação de que alguém terá andado a mexer-se nesse sentido. Pediu ao Senhor Presidente que dissesse quem foi essa pessoa, qual a sua posição a esse respeito e quais as medidas que tomou, ou então será levado a pensar que o Sr. Presidente está conivente com essa pessoa ou pessoas, para que “Macieira de Cambra continue a ser atacada por abutres, mesquinhos parasitas”, que se calhar ainda não estão satisfeitos por Macieira de Cambra ter perdido a sua sede de concelho a trinta e um de Dezembro de mil novecentos e vinte e seis.-----

Dirigindo-se ao Senhor Presidente disse-lhe ter ficado satisfeito por este querer que o turismo seja a sua bandeira, faz votos que tal aconteça e acrescentou que poderá contar com ele. A este respeito referiu a necessidade de rever as margens do Rio Vígues no Parque da Cidade pois quando chove muito este transborda por todo o lado. Propôs ainda a requalificação do Rio Vígues, a recuperação dos moinhos existentes entre a Borbolga e o Fundo do Lugar da Vinha Pé, bem como os acessos aos mesmos, a execução de alguns açudes criando pequenas praias fluviais, no sentido de atrair mais pessoas a Vale de Cambra.-----

Por fim, sugeriu a todos os Membros da Assembleia que aqui apresentem assuntos acima de tudo sérios, objectivos, independentemente das cores partidárias, e que não andem a perder tempo com coisas que em nada dignificam os trabalhos desta Assembleia nem os interesses dos Valecambrenses.-----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, aproveitando a sugestão do Senhor Sousa, solicitou a todos que fossem objectivos nas suas intervenções.-----

No uso da palavra o Senhor Dr. António Paulo Soares Barbosa começou por registar que este mandato será de acção, o que o Grupo Municipal do PSD

2010.02.26

saúda. Referiu concordar com a intervenção do Senhor Eng.º Aníbal no que se refere às condições com que se debatem, e que pelo menos na primeira fila seria de facto muito útil e necessária a existência de uma mesa, pelo menos para cada bancada, pois é realmente difícil trabalhar com os papeis em cima do joelho.-----

Afirmou o respeito que lhes merecem os Senhores Presidentes da Junta e se eles devem ou não ter direito a voto isso é da competência da Assembleia da Republica. E também não se pode invocar esse direito de votar ou não quando isso conjunturalmente interessa ou não a esta ou àquela Bancada, a esta ou àquela Câmara, pois num momento isso poderia interessar por permitir conforto a qualquer Presidente de Câmara, fosse ele qual fosse, e noutro momento poderia funcionar como uma forma de bloqueio.-----

Quanto à entrevista do Sr. Presidente na Câmara a um jornal, disse que o Grupo Municipal do PSD realça com grande satisfação a atenção dada à coesão social, importante nos tempos que se aproximam, uma vez que em termos de infra-estruturas ou estão construídas ou estão garantidas. Salientou ainda outros aspectos que lhe merecem especial consideração, nomeadamente o apoio que o Sr. Presidente da Câmara pretende dar ao comércio, à renovação dos dirigentes associativos, à instalação de um Serviço de Urgências Básico e à possibilidade de construir habitação a custos controlados. Referiu que estão ali para o apoiar nesse sentido.-----

Relativamente às questões rodoviárias, IC 35 e A 32, referiu que as empresas de Vale de Cambra precisam de escoar os seus produtos mas também de receber as matérias primas. Essas ligações são importantes e estruturantes para o Município e para a Região, e estarão aqui a defender as posições que a Câmara

2010.02.26

Municipal tome em defesa da sua construção, garantindo-se bons acessos e boas vias rodoviárias para entrar e sair de Vale de Cambra.-----

No que se refere ao voto de louvor proposto na última sessão, referiu que mantêm o que na altura disseram sobre o assunto.-----

Interveio o Senhor Dr. João Pedro Bastos Silva agradecendo o facto do Sr. Presidente da Assembleia lhe ter dado os parabéns pela sua eleição como Presidente da Federação da Juventude Socialista Distrital de Aveiro, o que muito o orgulha. -----

Referiu que gostaria de estrear, durante este mandato e com esta Assembleia, o novo espaço para a Assembleia Municipal na antiga Câmara Municipal, pelo que apelou ao Sr. Presidente da Câmara que o concretize até dois mil e treze.-----

Relativamente às casas de banho de S. Pedro de Castelões referenciadas pelo Sr. António Gomes, disse que a bancada do PS tem vindo a falar há já alguns anos, pelo menos desde que aqui vem tendo assento, das condições para as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Espera que no concelho e no futuro, e que em todas as obras que venham a ser feitas, quer para as vias públicas, quer para construções de habitações particulares, sejam cumpridas as leis que existem sobre o assunto, as quais exigem a observância de determinadas condições, de modo a prevenir o futuro para pessoas com mobilidade reduzida ou deficiência. Espera ainda que as acessibilidades aos locais públicos sejam condignas, referindo-se a acessos pela porta da frente não por uma porta lateral ou por uma porta traseira. Deve-se promover o máximo de autonomia a essas pessoas.-----

No que se refere ao direito de voto dos Presidente de Junta, referiu que a lei assim lhes permite, pelo que o Partido Socialista acata a lei da Assembleia da

2010.02.26

República, a lei eleitoral, por isso estão com os Presidentes de Junta nesta questão. Se houver uma discussão sobre esse tema na Assembleia da República, nessa altura o PS tomará uma posição.-----

Referiu estar contente por o Sr. Presidente ter eleito o Turismo como uma das bandeiras para Vale de Cambra. A habitação a custos controlados é uma ideia que já vem do PS e da Juventude Socialista para a fixação da população em Vale de Cambra, ideia apresentada na última campanha eleitoral. Espera que o Sr. Presidente da Câmara desenvolva mais políticas da juventude. Reiterou que estão dispostos a colaborar com o Sr. Presidente da Câmara e o Executivo nesta área, tendo a Juventude Socialista um manual de boas práticas do que se faz, a nível de políticas de juventude, a nível nacional.-----

Esclareceu que a Concessão Vouga não foi cancelada mas sim adiada. Devido à conjectura económica que se vive hoje em dia, decidiu-se adiar algumas construções e algumas obras públicas, tendo as infra-estruturas rodoviárias sido as mais afectadas. Frisou que adiar não é cancelar e que até ao final do mandato a obra pode até vir a ser iniciada. Portanto, solicitou que não se criem burburinhos em torno desta questão, mas que os Membros da Assembleia contribuam para a acalmia social que é necessária nestes tempos.-----

Por fim e, dirigindo-se ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, perguntou se é sua intenção constituir Comissões nesta Assembleia, designadamente uma Comissão de Segurança, uma Comissão de Saúde e uma Comissão de Educação, pois pensa que estas irão permitir um melhor funcionamento deste Órgão.-----

2010.02.26

Concedida a palavra ao Senhor Albano de Oliveira Braga começou por referir que já na última Assembleia Municipal levantou a questão dos placards do PS, os quais ainda estão praticamente todos nos mesmos locais.-----

Realçou as declarações do Sr. Presidente da Câmara, vertidas na página vinte e sete da acta que vai ser aprovada, na qual afirma que pagara seis vezes mais nos terrenos do parque da cidade – “não é verdade!”; nas páginas vinte e nove e trinta afirma que a Autarquia teve lucros de milhões com a venda de lotes nas zonas industriais; na página trinta e dois afirma que o Parque de Estacionamento não vai ser um sorvedouro de dinheiro. De seguida, alertou que na página cinquenta e sete está referido o valor de dois mil e cem euros o qual deve estar errado, valor este inserido numa intervenção do Sr. Manuel Domingos. Julga que o valor correcto seja dois milhões e cem mil euros.-----

Por fim, referiu que na página cinquenta e nove está uma afirmação do Senhor Presidente da Câmara na qual refere que a arbitragem seja de dezoito euros (18€) no Parque da Cidade. Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se alguma vez avaliou terrenos no Parque da Cidade. -----

O Senhor Jorge Tavares da Costa, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões, começou por dizer: “de mim ninguém é dono, eu actuo pela minha cabeça”. Acrescentou ter tido um trajecto de humildade e continua a ser humilde porque é de origem pobre e continua a ser pobre. Afirmou que não há ninguém que o faça vergar e só se verga perante nosso Senhor Jesus Cristo. No entanto, acrescentou que tem uma relação muito boa com o Sr. Presidente da Câmara e que não se verga a ele, e ele sabe muito bem que as suas relações são o que são. Assim, agradeceu ao Sr. Presidente da Câmara por aquilo que fez e que vai continuar a fazer em S. Pedro de Castelões.-----

2010.02.26

Quanto aos Presidentes de Junta disse que ninguém lhe passou certidão para os defender, mas nem vale a pena porque as palavras passam e as pessoas ficam. Não vão aqui requerer nada porque estão habituados a trabalhar com poucas condições não precisam de melhores condições nesta sala.-----

No que se refere à EM 552, no troço entre Cartim até Paredes, tem sido limpo todos os anos (desde que está na Junta); de Paredes até ao limite da Freguesia foi limpo duas vezes pela Junta de Freguesia e duas vezes pela Câmara Municipal.-----

O Senhor Presidente da Assembleia referiu que a dinâmica desta Assembleia é que determina as Comissões da Assembleia relativamente às áreas temáticas tidas por necessárias. Pensa que se devem formar Comissões de apoio ao Executivo de forma a que se criem dinâmicas do Município e para que não haja dúvidas relativamente à vontade do Povo de Vale de Cambra e às suas principais preocupações. Vão indagar o que cada uma das bancadas pensa sobre o assunto e numa das próximas sessões falarão novamente sobre isso.-----

No uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara referiu não ter responsabilidade no atraso na entrega dos documentos. Acrescentou que o envio por e-mail permitiria uma maior celeridade no processo de entrega. Concorde que a impressão da acta em papel se faça em frente e verso, mas acha que principalmente se deveria promover o uso de pen's pela sua facilidade e poupança de meios.-----

Relativamente à intervenção do Sr. António Gomes, informa que já respondeu ao IGAL sobre a questão dos WC's em S. Pedro de Castelões. Apresentou uma fotografia do local referindo que estes são o prolongamento do muro e nem se vêem, o que mostra que foram bem projectados e englobados. Foram executados

2010.02.26

porque eram e são necessários, como já explicou. A este respeito deu os parabéns ao Arq. António Silva que fez um excelente trabalho pela boa utilização do espaço, permitindo uns quartos de banho com óptimas condições para todos, incluindo pessoas com deficiência. Acrescentou que está muito atento às situações dos deficientes, sendo que Vale de Cambra tem já aprovada uma candidatura nesta área denominada "Mobilidade para Todos".-----

Não concorda de modo algum com o dizer-se que as Assembleias Municipais são uma farsa, pois aqui se tratam, discutem e decidem questões bem importantes para o desenvolvimento de Vale de Cambra, para o que ele contribui com toda a determinação e força de vontade.-----

Perante alguma confusão existente entre Concessão Vouga e a A32 esclareceu que esta última, entre Coimbra e o Porto, vai ser feita em duas etapas, e está já em execução. Não é suspensa. Suspensa foi a Concessão Vouga, que inclui o IC35 ligando a A4 à A25, nas Talhadas. Os estudos feitos pela EP-Estradas de Portugal, mostram que o troço entre Vale de Cambra e as Talhadas, em Sever do Vouga, deveria ser feito, numa segunda fase, até porque os respectivos projectos se encontravam bastante atrasados.-----

Continuou dizendo que a Concessão Vouga fora anunciada em véspera das eleições legislativas pelo Senhor Primeiro Ministro em Arouca. Agora assiste-se à sua suspensão, que espera seja só um adiamento, como diz a Bancada do PS. Está a lutar e tem esperança que alguns troços desta Concessão e que servem Vale de Cambra e o seu tecido empresarial possam avançar a breve prazo pois são fundamentais para o nosso Concelho e as nossas populações. Fará tudo o que puder e estiver ao seu alcance para que tal aconteça, para termos uma

2010.02.26

rápida ligação à A32 e uma boa amarração à EN 224, Vale de Cambra/Oliveira de Azeméis.-----

Quanto ao PIDDAC já há muito se sabe do seu interesse relativo, pois é um instrumento anexo ao Orçamento de Estado e os seus conteúdos são cada vez mais esvaziados. É um instrumento indicativo, onde deixaram de constar obras significativas que transitaram para outros programas. Lembra o facto de em tempos o PIDDAC prever alguns milhões de contos para a construção das variantes à cidade e que acabaram por nunca se concretizarem.-----

Quanto ao Miradouro da Senhora da Saúde, mais uma vez informa que o mesmo é da responsabilidade da EP- Estradas de Portugal, a qual infelizmente não faz a intervenção. Terão de substituir mais uma vez a EP - Estradas de Portugal e ir fazer a sua limpeza.-----

Relativamente à questão do Pavilhão de Macieira de Cambra aqui levantada, informou ter em tempo acordado com o CDC para que ele fosse como que um pavilhão Municipal n.º 2, com a Câmara a financiar o diferencial de uma candidatura então aprovada e assinada com pompa e circunstância no Governo Civil de Aveiro. Invocando indisponibilidade de verbas, o Governo deixou cair essa candidatura de uma forma que motivou um intervenção na anterior Assembleia Municipal pelo então Deputado Senhor José Coelho e que está referenciada na respectiva acta. É uma questão de ser feita a devida consulta.-----

Em relação à estrada Macieira de Cambra-Pena, informou que a Câmara fez o alargamento até à Ponte de Malhundes, faltando apenas efectivar um pequeno alongamento. Vão ser agora feitos as valetas para depois se alcatroar.-----

Referiu de seguida ser adepto da Requalificação do Rio Viques, concordando com a recuperação dos moinhos e da sua limpeza. Aguarda-se o lançamento da

2010.02.26

candidatura ao QREN para a recuperação dos recursos hídricos, a que estará atento pois parece-lhe um objecto importante para o Turismo.-----

Quanto ao pedido formulado pelo Dr. João Pedro Silva, disse ser sua grande vontade não acabar este mandato sem que as sessões da Assembleia sejam no Edifício renovado dos Paços do Concelho. O projecto está feito e espera que antes do fim mandato as instalações sejam inauguradas. Espera também não acabar este primeiro semestre sem inaugurar a Casa da Juventude.-----

No que se refere à intervenção do Senhor Albano Braga sobre a acta, referiu que se é mentira o que lá está não a aprovelem. Quanto à pergunta sobre as avaliações referiu ter sido já respondida na anterior sessão.-----

O Senhor Dr. Almerindo Tavares da Costa dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cova de Perrinho, no uso da palavra para defesa da honra, e em nome de todos os Presidentes de Junta, referiu: “não me revejo nas afirmações do Senhor Deputado António Gomes e, com certeza os meus colegas Presidentes de Junta também não, porquanto, nós não somos animais irracionais para termos dono. Os termos por ele utilizados, que obedecemos ao dono, votamos o que ele quer (portanto está-se a referir com certeza ao Sr. Presidente da Câmara) são insultuosos para os Presidentes de Junta e, por consequência, para esta Assembleia.-----

Nós Presidentes de Junta, como elementos de um projecto do PSD para Vale de Cambra, que mereceu o apoio dos eleitores votamos nesse projecto e não naquilo que outros pretendem e daqui a quatro anos, os eleitores Valecambrenses, darão mais uma vez, luz verde para continuarmos com certeza.

Como já disse nesta Assembleia um colega meu, os Presidentes de Junta , que no dia a dia, dão a cara pelas suas populações, esperam desta Assembleia

2010.02.26

críticas construtivas e ideias novas, para prepararmos, em conjunto, o futuro dos Valecambrenses.”-----

O Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra, da Bancada do PS, para se pronunciar, querendo, sobre este assunto, ao que este afirmou não ser necessário acrescentar qualquer comentário ao que foi agora dito, por se rever nesta posição do Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cova de Perrinho.-----

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

1. APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE DEZEMBRO DE 2009: **O Senhor Presidente da Mesa** perguntou se alguém ter alguma correcção às suas intervenções.-----

Interveio o Senhor Albano de Oliveira Braga dizendo não terem sido transcritas na acta duas afirmações do Sr. Presidente da Câmara e que por essas omissões não votará favoravelmente a acta. Alertou novamente para o valor de dois mil e cem euros que estará certamente errado.-----

O Senhor António Gomes solicitou a seguinte correcção: que na página 4 da proposta da acta da sessão de 28.02.2010, na linha 21, onde consta: “como todos sabiam não o foi.” passe a constar “como todos sabem não o foi”, uma vez que foi o que então referiu.-----

O Senhor Manuel Domingos da Costa Tavares referiu que na página 57 da proposta da acta se faz referência ao valor de dois mil e cem euros quando deveria constar o valor de dois milhões e cem mil euros.-----

De acordo com o Regimento as actas são um resumo do que se passou na Sessão, pelo que o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a acta.-----

2010.02.26

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de vinte e oito votos a favor e dois votos contra dos Senhores Albano de Oliveira Braga e Eng.º Miguel Joaquim de Moura Ferreira de Matos, aprovar a acta da sessão ordinária de vinte e oito de Dezembro do ano de dois mil e nove, com as correcções solicitadas pelos membros António Gomes e Manuel Domingos da Costa Tavares.-----

Declaração de Voto do Senhor Albano de Oliveira Braga, conforme apresentada por escrito à Mesa: “A acta da Assembleia Municipal do dia 28 de Dezembro de 2009, omite as declarações do senhor Presidente da Câmara acerca de dois assuntos:-----

disse o seguinte no que diz respeito aos Peritos do Tribunal: “os Peritos do Tribunal, são velhos de oitenta anos e incompetentes e assumo o que digo.” mais palavra menos palavra.-----

“um Múncipe Cambrense, fez uma queixa para mostrar e dar a factura detalhada das chamadas do meu telemóvel. Eventualmente quer saber se telefono e ou se tenho namoradas” mais palavra menos palavra.-----

Nota: Na gravação da reunião, de certeza que se poderá ouvir exactamente o que o Senhor Presidente afirmou.”-----

Declaração de Voto do Senhor Eng.º Miguel Joaquim de Moura Ferreira de Matos, conforme apresentada por escrito à Mesa: “Voto contra a aprovação da acta de 28 de Dezembro da sessão ordinária da respectiva reunião da Assembleia Municipal já que havendo um colega deputado que afirma que há omissões na cópia entregue sou da opinião que antes de ser aprovada haveria a necessidade de, confrontando com a gravação, poder ser efectuada a respectiva correcção.”-----

2010.02.26

Retirou-se da sessão o Senhor Manuel Joaquim Rodrigues de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira.-----

2. SELECÇÃO DE PARCEIRO PRIVADO PARA A ENTIDADE EMPRESARIAL LOCAL “ÁGUAS DO CAIMA, E.E.M.” - Deliberação tomada na reunião da

Câmara Municipal de 9 de Fevereiro de 2010, continuada em 11 de

Fevereiro: Presente a deliberação supra pela qual a Câmara Municipal autorizou

o Procedimento por Negociação para a SELECÇÃO DE PARCEIRO PRIVADO

PARA A ENTIDADE EMPRESARIAL LOCAL “ÁGUAS DO CAIMA, E.E.M.”;

Aprovou o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos; e definiu como

Júri Efectivo: Presidente da Câmara, Vereador Dr. José Pedro Vieira de Almeida

e Eng.^a Helena Maria Silva Bastos; e como Júri Suplente Vereadora Dra.

Elisabete Soares Moreira da Rocha e Dr. Rui Pedro Ferreira Valente.

No uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara referiu que, nas suas

reuniões de 15 de Setembro de 2008 e de 26 de Setembro de 2008, a Câmara

Municipal e a Assembleia Municipal, respectivamente, aprovaram a constituição

de uma entidade empresarial local com a designação “Águas do Caima, EEM”.

Nesta o Município deterá 51% e o privado 49% do capital social da empresa.

No seguimento de todo este processo, e de acordo com a deliberação camarária

do passado dia 9 deste mês de Fevereiro, pretende-se agora que a Assembleia

Municipal autorize o Procedimento por Negociação para a Selecção do Parceiro

Privado para a Entidade Empresarial Local “Águas do Caima, E.E.M.”.

Na mesma reunião, a Câmara Municipal aprovou ainda, por unanimidade, o

Documento de Enquadramento Estratégico de Saneamento de Águas Residuais

e Abastecimento de Água (DEE), para cuja concretização são necessários cerca

de trinta milhões de euros. Esse estudo avalia as necessidades do Município

2010.02.26

quanto à expansão das redes de água e saneamento, bem como a melhoria, modernização e recuperação da existente.-----

O alargamento das redes de água e saneamento às áreas do Concelho que delas não dispõem é um objectivo estratégico tendo em vista a melhoria das condições ambientais e, por via disso, da qualidade de vida das pessoas. Entende que as zonas do Município que ainda não lhes acedem têm todo o direito a fazê-lo. Nesta linha, também as directivas comunitárias obrigam, até 2013, a uma taxa de cobertura de água e saneamento na ordem dos 95%.-----

O cumprimento quer desse objectivo estratégico, quer destas directivas comunitárias, obrigam por isso mesmo a um enorme esforço financeiro por parte do Município, no referido montante de trinta milhões de euros. Como se sabe, o Município não dispõe desta elevada verba e, de acordo com o PEASAR, só muito remotamente poderá ser aceite uma candidatura de um Concelho isoladamente. E mesmo assim, o respectivo financiamento não ultrapassaria os 50%.-----

Colocados perante toda esta situação, foram estudadas várias hipóteses de solução, recorrendo a diversos modelos já implementados ou em implementação noutros Municípios, designadamente vizinhos. O modelo que agora apresentam é aquele que lhes parece mais ajustado à nossa realidade e cuja descrição sumária consta da acta da reunião da Câmara, pelo que aqui se dispensa de o repetir.-----

Destacou que a empresa “Águas do Caima”, reunirá todas as condições exigíveis para a candidatura ao PEASAR, conseguindo um financiamento definido em 70%; que o parceiro privado seleccionado terá de provar a sua capacidade financeira para cobrir os restantes 30%; que à Câmara Municipal compete a definição do tarifário e, neste âmbito, a determinação de um “preço social” que salvguarde as necessidades sociais das famílias e das pessoas

2010.02.26

comprovadamente carenciadas; que a entrada de um parceiro privado investidor e com “know how” suficiente possibilitará uma gestão mais eficaz e mais racional das redes de água e saneamento.-----

Tal como já o disse em reunião de Câmara, existe toda a abertura para se analisar outra solução, na condição que seja viável, coerente e capaz de realizar os objectivos a que se propuseram. E, neste âmbito, uma solução que permita apresentar candidaturas que consigam alcançar o máximo do financiamento no quadro dos programas comunitários em vigor.-----

O Senhor Dr. João Pedro Bastos Silva perguntou quais as garantias que a Câmara Municipal pode dar aos Municípes de que esta empresa municipal não irá aumentar drasticamente o preço da água como aconteceu em alguns municípios. Lembrou que o PS na altura pôs algumas dúvidas sobre esta empresa municipal de águas, mas tendo o Sr. Presidente informado que esta é a única forma de obter verbas para saneamento concordam, mas também pretendem salvaguardar os interesses de todos os Valecambrenses. Apesar de saberem que cinquenta e um por cento do capital desta empresa é da Câmara Municipal sabem também que vai entrar um privado, o qual tem como objectivo a maximização do lucro e não vai desistir dele.-----

Perguntou ainda qual a percentagem de população do concelho com cobertura de saneamento. Salientou a importância deste assunto face às condições de vida da população. No interior do concelho há zonas que não têm acesso a saneamento embora estejamos no século XXI, pelo que espera que até dois mil e treze essa percentagem consiga atingir os cem por cento ou noventa e nove vírgula nove por cento.-----

2010.02.26

Interveio o Senhor Eng.º Aníbal Moreira da Costa referindo a importância de terem documentação para melhor análise do assunto em apreciação, a qual disse não lhes foi fornecida. Fala por exemplo em dados sobre áreas cobertas, estudos económicos, património existente, valor do património a alienar. Valores que poderão hipotecar e muito o futuro de Vale de Cambra. Referiu que Vale de Cambra poderá perder muito se a análise desses dados for mal feita.-----

Salientou a percentagem de perdas de água na rede – sessenta por cento, e que nada tem sido feito para a reduzir. Acrescentou que existem técnicas eficazes, rápidas e até económicas para detectar essas perdas e fazer as devidas correcções.-----

Referiu entender que se encontrará um parceiro privado com alguma facilidade, pois o sector privado só entra onde há lucro. Quem assume o prejuízo é sempre o sector público. Salientou que a Câmara vai vender parte do seu património, dos Valecambrenses. Perguntou se há dados sobre o valor do património a alienar, pois se os há não lhes foram facultados. Crê que o valor total das infra-estruturas de água e saneamento seja muito elevado, na ordem dos duzentos e cinquenta a trezentos milhões de euros, do qual será alienado quarenta e nove por cento, isto é, cerca de cento e vinte e cinco a cento e cinquenta milhões de euros. As empresas que irão concorrer terão de ter dinheiro para fazer um investimento de seis milhões de contos, valor participado a cerca de setenta por cento. Portanto, acrescentou que a Câmara poderia ter feito esse investimento, há muito tempo, com a participação financeira e um bocado de esforço, nem que para tal tivessem convidado algumas empresas e associações concelhias, para que o património alienado ficasse em Vale de Cambra. Referiu preocupar-se com essa alienação de património. Crê que irá surgir uma empresa estrangeira, uma

2010.02.26

empresa de capitais de fundos, que depois até nem pagam, mas aparecem como se fossem muito ricas. Disse não colocar em causa que a Câmara seleccione o melhor parceiro. Não deixará de ser esta uma questão política, mas é também fundamentalmente uma análise técnica e económica por forma a dotar o concelho daquilo que a população e as empresas mais precisam. Referiu que se contabilizassem em termos estatísticos as estruturas de abastecimento privado de água e as fossas sépticas, nos locais onde não há infra-estruturas públicas, talvez se cobrisse o percentual que falta para se atingir as metas europeias, baixando a verba de investimento e sendo prolongada mais no tempo. Acrescentou que a água é um negócio importantíssimo para a Câmara, se-lo-á muito melhor para o sector privado, o qual é fácil de influenciar quando há dinheiros, pois a influência do factor económico sobre o peso do pensar das pessoas é muito importante. Referiu a necessidade de rigor nos procedimentos, de profissionalismo e enquadramentos que sejam vistos sobre os vários prismas e redimensionados se necessário for mediante os impactos que os Governos criam. Produzir com capacidade e reduzindo custos, rentabilizar e prestar um bom serviço aos Municípios é o único dever da Câmara e dos seus constituintes.-- Embora tenha sido dito que das análises efectuadas esta é a melhor tipologia, discorda e é incapaz de aprovar e uma coisa que vai alienar um património tão elevado, por uma verba tão pequena, tão irrisória. Referiu o caso dos resíduos sólidos, dizendo que as empresas que os gerem têm lucros importantíssimos enquanto que a Câmara Municipal está a ter prejuízo. Solicitou que sejam mais activos e mais profissionalizantes na actividade municipal e de exigência na qualificação dos técnicos e na exigência da observância de regras que são fundamentais. Disse que o voto da sua bancada será certamente contra, e que

2010.02.26

será de tornar a inteira responsabilidade aos vereadores e aos deputados “que aprovaram a atitude de oferecer Vale de Cambra a elementos económicos não pertencentes à nossa terra.” Referiu, que se há necessidade de investimento, há que economizá-los em outros sectores, procurar a colaboração das empresas e intervenientes económicos do concelho. Acrescentou que gostaria que os deputados pensassem sobre as várias possibilidades que poderão haver aqui. Disse que a água vai sair cara no futuro. Afirmou que em tempos de crise económica aguda “vamos vender o nosso petróleo”.-----

Em relação a uma sua intervenção anterior clarificou que se referia às condições nesta sala (Salão Nobre) e aos Deputados, às condições de trabalhos dos deputados durante as sessões.-----

No uso da palavra o Senhor António Gomes lembrou que em tempos a Câmara Municipal fez uma candidatura ao Fundo Social Europeu e que vieram para Vale de Cambra um milhão e duzentos mil contos para água, para os diversos tanques que existem no Concelho. Está convencido que a Câmara Municipal não se vai deixar ludibriar por essa empresa privada que vem para Vale de Cambra. Referenciando o documento entregue, no qual o Senhor Presidente explica da necessidade de até dois mil e treze ter uma cobertura de água e saneamento na ordem dos noventa e cinco por cento, disse viver numa aldeia que se calhar nem no ano de dois mil e setenta e cinco. Acrescentou que se isso acontecer dará um grande abraço ao Senhor Presidente da Câmara e ainda felicitará, com todo o gosto, todo o elenco camarário. Não sabe em que é que o Senhor Presidente da Câmara se fundamenta quando diz que a água terá o preço médio praticado nos Municípios do Entre Douro e Vouga, mas referiu que este deve ter um pouco de atenção porque toda a gente sabe que Vale de

2010.02.26

Cambra é um “Concelho *sui generis*”. Perguntou como é que se fornece água aos concelhos vizinhos e depois se vai pagar água tanto como eles. Os munícipes vão ser prejudicados nisso, afirmou.-----

Por fim, referiu que pagou sessenta e cinco euros para que lhe fizessem a análise da sua água. Assim, gostaria que a Câmara tivesse um meio pelo qual as pessoas pudessem analisar a sua água a um custo mais barato, já que não são abrangidas pelo fornecimento público de água.-----

Usou da palavra o Senhor Manuel Domingos referindo que há pouco foram apelidados de palhaços e, com todo o respeito que a profissão de palhaço merece, não são palhaços, cada um fará o seu papel. Acha que as pessoas devem ter um certo cuidado e ter em atenção aquele ditado popular que diz “não digas o que pensas mas pensa o que dizes”.-----

De seguida, fez referência às condições existentes no concelho e nas habitações há cerca de quarenta, cinquenta anos atrás, quando não existia praticamente abastecimento de água e saneamento no Concelho. Ainda hoje cerca de um terço da população do Concelho naturalmente entre seis a sete mil pessoas não pode usufruir de saneamento e abastecimento de água. Referiu que uma vez que o prazo, inicialmente previsto para dois mil e oito, para recurso aos fundos comunitários a aplicar no saneamento e abastecimento de água, foi prorrogado até dois mil e treze, esta é a última oportunidade para recorrer ao apoio comunitário. Acrescentou que, se com este apoio (cerca de setenta por cento a fundo perdido) é difícil a concretização do alargamento do saneamento a todas as populações do concelho, sem o recurso aos fundos será então praticamente impossível. Referiu, que face a este cenário, ou se arranjam soluções para, num curto prazo se alargar a todo o Concelho o saneamento e abastecimento de

2010.02.26

água, ou corre-se o risco de contaminar todas as fontes públicas existentes, bem como a maioria dos lençóis de água, o que é deveras preocupante. Fez referência a um estudo de dois mil e sete do Instituto da Água da Região Norte, o qual concluiu que em oito das catorze fontes públicas analisadas na freguesia de Arões a água estava micro-biologicamente imprópria para consumo. Actualmente o cenário não será certamente melhor.-----

Por fim, referiu que hoje é da responsabilidade de todos a resolução ou não, em definitivo, deste problema que preocupa a todos, viabilizar ou não a proposta que lhes é apresentada pelo executivo da Câmara Municipal. Não será a única solução, também não tem dúvidas, mas é seguramente, face aos esclarecimentos e argumentos apresentados pela Câmara Municipal na pessoa do Senhor Presidente, uma boa solução com a qual está inteiramente de acordo, assim apareça parceiro para a viabilizar, e tanto lhe interessa que seja privado como seja público, desde que seja honesto, pois a Câmara tem cinquenta e um por cento e controlará, e há também regras a cumprir. Dizer-se que se é solidário, que todos têm direito ao saneamento não basta, é muito pouco. Acrescentou que se atreve a dizer que, neste caso concreto não vale nada, ou se viabiliza a proposta apresentada, uma vez que ninguém apresentou outra em alternativa, ou continuarão a adiar *sine die* a resolução do problema, apesar das boas intenções. Terminou referindo que a proposta em análise e discussão apresentada pelo executivo é uma boa oportunidade para passarem das palavras aos actos, pelo que irão (a bancada do PSD) votar a favor da sua aprovação.-----

O Senhor Presidente da Câmara, respondendo ao Sr. Dr. João Pedro Silva relativamente ao preço da água, informou que o tarifário terá de ser aprovado pela Câmara Municipal. Portanto, irão ter o cuidado necessário, acautelando a

2010.02.26

continuação do tarifário social (famílias numerosas, famílias carenciadas e idosos). Ainda assim, alertou uma vez mais que o Governo se prepara para estabelecer o preço mínimo da água entre um a dois euros o metro cúbico, ao que se diz. Informou ainda que a taxa de disponibilidade de saneamento anda na ordem dos sessenta por cento.-----

Em relação às questões do Senhor Eng.º Aníbal Costa, esclareceu que não há venda de qualquer património municipal. Não há alienação ou privatização deste serviço, mas sim uma parceria público-privada em que o Município é maioritário para o investimento nas redes de água e saneamento e na sua gestão e manutenção. Reafirmou a necessidade desta parceria face às regras estabelecidas nas candidaturas ao PEASAR, que dificultam extraordinariamente as candidaturas individuais. Quase que as impossibilitam, uma vez que os fundos são prioritariamente distribuídos pelas Associações de Municípios, Águas de Portugal ou parcerias público-privadas.-----

Ainda relativamente à intervenção do Senhor Eng.º Aníbal referiu que a intenção é mesmo acabar com as fossas sépticas, fossas rotas, responsáveis pelo inquinamento da água dos poços. Não concorda portanto quando este disse que não é preciso fazer nada porque noventa e cinco por cento da população ou tem água da Câmara ou tem poço ou em tem fossa.-----

Quanto à intervenção do Senhor António Gomes, referiu que vendem água a um Município mas que também a compram à Águas do Douro e Paiva para abastecimento a Vila Cova de Perrinho. Poderão, se necessário for, comprar água para a fazerem chegar a outros locais de difícil acesso.-----

De seguida, explicitou quais as quatro opções que foram ponderadas para solucionar esta situação, designadamente a associação às Águas do Douro e

2010.02.26

Paiva, a venda de 49% das infra-estruturas existentes, a concessão das infra-estruturas e a manutenção do modelo existente, opção esta defendida pelos Vereadores do CDS. Acabaram por optar pela Parceria público-privada, nos termos agora apresentados.-----

No uso da palavra o Senhor Eng.º Aníbal Moreira da Costa referiu novamente a sua preocupação com esta parceria. Referiu que o investimento necessário não seria assim tanto e que a Câmara poderia recorrer à banca para o efeito. Continua a dizer que haverá alienação de património. Entende que nenhuma parceria público-privada seja vantajosa para o Município, se-lo-ia se fossem criadas parcerias com instituições ou empresas de Vale de Cambra, como a Arsopi ou a Progresso. Entende que a questão das fossas inquinarem a água é um falsa questão, pois a Câmara pode decidir sobre a execução ou fecho de fossas.-----

Frisou novamente a necessidade de terem dados concretos para análise.-----

Interveio o Senhor Dr. António Paulo Soares Barbosa perguntando se a selecção a ser feita do parceiro excluiu alguma pessoa ou entidade; e se só os prejuízos terão reflexos para Câmara ou também os lucros.-----

No uso da palavra o Senhor Albano de Oliveira Braga perguntou: qual a taxa de cobertura da rede de distribuição de água; qual o valor das infraestruturas existentes; a existir estudo económico e de viabilidade se já se sabe qual o tarifário a cobrar aos Municípios, uma vez que num exercício simples e após breve análise aos tarifários dos concelhos do Entre Douro e Vouga o custo da água em Vale de Cambra irá aumentar mais ou menos vinte por cento; se os trabalhadores e técnicos da Autarquia, do sector de águas, foram ouvidos neste processo; se a Autarquia pode apresentar individualmente candidaturas aos

2010.02.26

apoios previstos no PEASAR; o que foi ou não foi feito, e o Sr. Presidente já está na Autarquia há mais ou menos nove anos, para reduzir as perdas de água no concelho, que neste momento anda à volta dos cinquenta por cento.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu, relativamente à intervenção do Sr. Eng.º Aníbal Costa, que a Lei das Finanças Locais não permite à Câmara recorrer a empréstimos bancários. Referiu que também gostaria que o parceiro fosse Valecambrense. Acrescentou que muito se tem falado em água, mas que não se fez referência ao saneamento o qual dá um prejuízo enormíssimo, absorve todos os lucros da água e mais alguns. Informou que a Câmara vende oitocentos e dezassete mil trezentos e treze euros de água por ano e estão a solicitar de renda quinhentos mil euros ano. -----

Em resposta ao Sr. Dr. Paulo Barbosa, informou que foi aprovado pela Câmara Municipal um Estudo Estratégico (Documento de Enquadramento Estratégico de Saneamento de Águas Residuais e Abastecimento de Água) o qual apresenta os investimentos que são necessários fazer, daí o valor de trinta milhões de euros. O estudo é público, poderá ser consultado.-----

Informou que a selecção não exclui ninguém de Vale de Cambra.-----

Informou que se o negócio der lucro, a Câmara terá cinquenta e um por cento dos lucros.-----

Referenciou os prejuízos mensais com o tratamento de resíduos sólidos urbanos os quais rondam os quarenta mil euros.-----

No que se refere às perdas de água, salientou alguns motivos, designadamente os rebentamentos constantes na rede (em parte devido ao facto de terem uma rede hipertensa), as regas de jardins, as bocas de incêndio, as ligações ilegais e as isenções às instituições. Concorda que terão de controlar esta situação.-----

2010.02.26

Em resposta ao Sr. Albano Braga referiu que a taxa de cobertura de água ronda os setenta e cinco por cento. Disse não saber qual o valor das infra-estruturas, o que também não é necessário neste negócio visto não haver lugar à sua alienação. Quanto ao estudo já informou haver o Documento Estratégico. Quanto a candidaturas individuais ao PEASAR referiu também ter já dado a resposta. A Câmara Municipal, poderá ir à candidatura naquelas condições que já referiu. No máximo, a candidatura será financiada a cinquenta por cento, sendo analisada em última prioridade face a outras candidaturas apresentadas através de modelos que já referiu.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal apelou novamente a que se torne produtivo o debate e a que as bancadas se organizassem de forma a que não se responda permanentemente às mesmas questões.-----

No uso da palavra o Senhor Eng.º Anibal Moreira da Costa referiu que o que o fez voltar a intervir foi a referência ao valor da renda de quinhentos mil euros, o que significa que existem valores, pois também para se falar num valor de investimento de trinta milhões de euros tiveram de haver estudos. Valores existem, designadamente relativos ao património de infraestruturas de água e saneamento, não são divulgados. Têm de haver esses estudos caso contrário nenhuma empresa concorria e portanto gostava que esses dados fossem divulgados de modo a que os Membros da Assembleia pudessem melhor ajuizar o assunto. Frisou que o assunto está aprovado à partida, portanto espera que a mesma tenha sucesso. Terminou contudo alertando que a empresa poderá até ser internacional, portanto vem para buscar dinheiro.-----

No uso da palavra o Senhor Vereador Dr. José Pedro Vieira de Almeida informou que o estudo inerente a esta Parceria Público-Privado é o Documento

2010.02.26

de Enquadramento Estratégico, já aprovado por unanimidade pela Câmara Municipal, frisando que o mesmo é público e que pode ser consultado, não havendo qualquer tentativa de esconder seja o que for. Referiu que os valores aqui apresentados decorrem do referido estudo.-----

Esclareceu que o concurso será público internacional por prévia qualificação, no qual se qualificam as empresas que reúnem os requisitos financeiros e técnicos para passar a uma fase seguinte na qual irão então concorrer as empresas seleccionadas. Os requisitos técnicos e financeiros constam do programa do procedimento e do caderno de encargos, também aprovados em reunião de Câmara e que também são públicos. Mais informou que do caderno de encargos constam também as condições que irão ser objecto de negociação, nomeadamente o valor da renda, cujo valor base de negociação é de quinhentos mil euros.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de vinte e um votos a favor das bancadas do PPD/PSD e do PS, cinco votos contra dos Senhores Eng.º Aníbal Moreira da Costa, António Gomes, Albano de Oliveira Braga, Eng.º Miguel Joaquim Moura Ferreira de Matos e Dr.ª Maria Silvina de Almeida Sá Vale Pissarra, da Bancada do CDS/PP, tendo-se absterido da votação os senhores José do Nascimento Peres, António dos Santos Sousa e Dr.ª Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro, da bancada do CDS/PP, autorizar a Câmara Municipal a abrir Procedimento por Negociação para a SELECÇÃO DE PARCEIRO PRIVADO PARA A ENTIDADE EMPRESARIAL LOCAL “ÁGUAS DO CAIMA, E.E.M.”, nos termos e condições da proposta apresentada pela Câmara Municipal.-----

3. ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE 2010 - Deliberação da Câmara Municipal de 9 de Fevereiro de 2010: Presente a

2010.02.26

deliberação supra pela qual a Câmara Municipal submete a aprovação da Assembleia Municipal a alteração ao Mapa de Pessoal – Criação de dois postos de trabalho que integrarão o Gabinete de Apoio ao Projecto de Regeneração Urbana “ConViver Vale de Cambra”, afecto ao Sector de Gestão de Candidaturas na Divisão de Planeamento.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que terão de estar previstos no Mapa de Pessoal as pessoas que trabalharão no Gabinete de Apoio ao Projecto de regeneração urbana “ConViver Vale de Cambra”. O Gabinete funcionará pelo prazo de três anos. Neste momento, estão a propor a inclusão de apenas dois lugares no Mapa de Pessoal dos três que estão candidatados, porque o terceiro não é necessário para o arranque desse gabinete. Informou que os dois lugares previstos serão um Técnico de Animação e Produção Cultural e um Economista.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e nove membros presentes, aprovar a alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de 2010.-----

Por se encontrarem impedidos de apreciar e votar o ponto que se segue, retiraram-se da sessão: Dra. Maria de Fátima Marques Teixeira Gomes Martins dos Santos, Dra. Maria Silvina de Almeida Sá Vale Pissarra, Dr. António Fernando de Pina Marques e Albano de Oliveira Braga.-----

4. APROVAÇÃO DA LISTA DE CANDIDATOS A JUÍZES SOCIAIS -
Deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal de 9 de Fevereiro de 2010, continuada em 11 de Fevereiro: Presente a deliberação supra, pela qual submete a aprovação pela Assembleia Municipal da Lista de Candidatos a Juízes Sociais, composta pelos seguintes cidadãos: Maria de Fátima Marques Teixeira

2010.02.26

Gomes Martins dos Santos, Isaura Margarida Matos da Costa, José António de Almeida Soares, Maria Silvina de Almeida Sá Vale Pissarra, António Fernando de Pina Marques, Albano de Oliveira Braga e Rui Pereira Castelões.-----

A Senhora Vereadora Dra. Elisabete Soares Moreira da Rocha informou que nos termos da lei cabe à Câmara Municipal indicar uma Lista de candidatos a Juízes Sociais. A lista é agora proposta porque a actual lista é composta por quatro pessoas, três das quais já não estão em condições de exercer o cargo de Juízes Sociais e o Tribunal está a precisar da indicação destes para julgamentos. Informou que os Juízes Sociais destinam-se a intervir em julgamentos de crianças e jovens em risco. As pessoas indicadas na Lista são pessoas que têm um percurso de vida junto de instituições, associações ou escolas e que têm alguma ligação às crianças e aos jovens, e por isso entendem que esta cumpre os objectivos da Lei dos Candidatos a Juízes Sociais.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e cinco membros presentes, aprovar a Lista de Candidatos a Juízes Sociais.-----

Regressaram à sessão: Dra. Maria de Fátima Marques Teixeira Gomes Martins dos Santos, Dra. Maria Silvina de Almeida Sá Vale Pissarra, Dr. António Fernando de Pina Marques e Albano de Oliveira Braga.-----

Retirou-se da sessão a Senhora Dra. Célia Maria dos Santos Tavares.-----

5. PEDIDO DE ALTERAÇÃO DE NORMA DE CONTROLO INTERNO -

Deliberação da Câmara Municipal de 9 de Fevereiro de 2010: Presente a deliberação supra pela qual a Câmara Municipal submete a aprovação da Assembleia Municipal a alteração ao limite presente no artigo 77.º da Norma de Controlo Interno desta Câmara Municipal para o montante máximo de vinte mil euros (€ 20.000,00). -----

2010.02.26

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que a Norma de Controlo Interno prevê que a Tesouraria não tenha no cofre mais de dez mil euros em dinheiro por dia, mas em virtude do desfasamento entre o horário do fecho dos bancos e o fecho das nossas caixas, corre-se o risco de ultrapassar essa verba. Urge então a alteração à Norma de Controlo Interno, até porque o Tribunal de Contas tem vindo a estar atento aos incumprimentos e aplicar as respectivas multas.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e oito membros presentes, alterar o limite presente no artigo 77.º da Norma de Controlo Interno da Câmara Municipal para o montante máximo de vinte mil euros (€ 20.000,00).

6. DESIGNAÇÃO DE QUATRO ELEMENTOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A INTEGRAR A COMISSÃO ALARGADA DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA I), DO ARTIGO 17.º, DA LEI 147/99, DE 1 DE SETEMBRO: O Senhor Presidente da

Assembleia referiu da necessidade de designar quatro pessoas a integrar a Comissão Alargada de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo e que, seguindo o costume, se vão escolher pessoas de entre os eleitores presentes com capacidade de intervir na área das crianças e jovens em perigo.-----

Propôs que ele próprio venha a integrar essa Comissão e que cada um dos Grupos Municipais proponha os restantes três elementos. O CDS/PP indicou a Sr.ª Dr.ª Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro; O PPD/PSD indicou a Sr.ª Dr.ª Célia Maria dos Santos Tavares e o PS indicou a Sr.ª Dr.ª Maria do Rosário Simões de Carvalho.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e oito membros presentes, designar o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Manuel

2010.02.26

Augusto de Bastos Carvalho, a Sr.^a Dr.^a Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro, a Sr.^a Dr.^a Célia Maria dos Santos Tavares e a Sr.^a Dr.^a Maria do Rosário Simões de Carvalho, para integrar a Comissão Alargada de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo.-----

7. ELEIÇÃO DE UM ELEMENTO A INTEGRAR A ASSEMBLEIA DISTRITAL DE AVEIRO, DE ENTRE OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA: O

Senhor Presidente da Assembleia referiu que, nos termos das alíneas a) e b) do artigo 2.º do Decreto-Lei 5/91, além do Presidente da Câmara Municipal, devem fazer parte da Assembleia Distrital de Aveiro, dois membros da Assembleia Municipal, sendo um, o próprio ou o seu substituto e o outro eleito de entre os Presidentes de Junta de Freguesia, através de escrutínio secreto, pelos vinte e oito membros presentes. Após contagem dos votos, foram obtidos dezasseis votos a favor do Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões, onze votos a favor do Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra e um voto a favor do Presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã, tendo sido eleito o Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões, Sr. Jorge Tavares da Costa, para integrar a Assembleia Distrital de Aveiro.-----

8. APRECIÇÃO DA ACTIVIDADE MUNICIPAL: Nos termos da alínea e), do artigo 53.º da Lei 169/99, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, encontra-se presente, para apreciação, informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por fazer uma rectificação à sua informação, referindo que se trata não de um Regulamento mas de um Conjunto de Critérios de Atribuição de Bolsas de Estudo a alunos em

2010.02.26

situação de carência, critérios a definir para apoiar alunos com mais dificuldades de carácter social.-----

De seguida, deu conhecimento dos assuntos tratados na reunião que teve com o Senhor Presidente da ARS do Porto, a saber:-----

- Foi-lhe transmitida a dificuldade no lançamento da Unidade de Saúde Familiar de Macieira de Cambra por dificuldade de médicos, mas que tal será certamente ultrapassado.-----

- Solicitou que as Unidades de Arões e Junqueira estejam abertas até às 24horas.-----

- Informou do Projecto “Câmara Amiga” que visa fazer pequenos trabalhos, concertos em casa de pessoas com dificuldades e como tal seria de interesse a celebração de protocolo para que, pelo menos, em alguns dias levassem também um enfermeiro ou um técnico de saúde para fazer curativos, levar medicamentos, etc. Ficou o Presidente da ARS Porto de estudar um esboço do protocolo.-----

- Transmitiu o seu descontentamento pelo fecho da Unidade de Cuidados Continuados e por não terem ainda arrancado as obras. Foi-lhe dito que o processo está no Tribunal de Contas e que mal chegue o visto irão arrancar as obras. -----

- Transmitiu que quando o SAP encerrar deseja que o Centro de Saúde seja dotado de um SUB. O Presidente da ARS Porto disse que é um assunto que está fora do âmbito das suas competências, acha que é um dossier já encerrado pelo Governo e referenciou as boas condições do SUB existente em OAZ. Neste respeito, o Senhor Presidente da Câmara sugeriu-lhe fazer uma parceria com os Bombeiros Voluntários de Vale de Cambra, para se possível ter uma ambulância com pessoal formado pelo INEM, para efectuar o transporte dos doentes até ao

2010.02.26

encontro do INEM, de modo a encurtar distâncias. Respondeu o Presidente da ARS Porto que acha a ideia interessante mas terá de ver a disponibilidade do INEM.-----

- Informou que há agora condições para que o novo Centro Hospitalar seja localizado a Nascente da A32, ou seja, do lado de cá da Auto-estrada e muito próximo do nó de Carregosa. Depois de muitas reuniões com os seus colegas de Oliveira de Azeméis e de Arouca, conseguiu que fosse assinado um documento nesse sentido, já recepcionado pelo Ministério. Foi informado que este já se encontra à procura de terreno com condições nessa área e que se o conseguir pensa-se que ainda no último trimestre deste ano será lançado o concurso para a elaboração do projecto.-----

Interveio o Senhor Manuel de Sousa Pinho e, referenciando o Levantamento das Instalações Desportivas do Concelho, informou que, no Verão de dois mil e oito, a Câmara Municipal teve um estagiário a fazer esse levantamento e que a pedido do Dr. Miguel Alves acompanhou esse estagiário, tendo percorrido todo o concelho, no seu carro. Acrescentou que, ultimamente, o Dr. Miguel Alves e outro Funcionário andaram a fazer esse trabalho em duplicado, pois parece que o estagiário nunca o entregou e ninguém se preocupou com isso. Perguntou se a Câmara vai disponibilizar esse levantamento.-----

Por fim, referiu o abandono a que a maioria das instalações desportivas estão devotadas. Espera que com este levantamento a Câmara medite sobre o futuro desses espaços.-----

Usou da palavra o Senhor Dr. João Pedro Bastos Silva referindo que muito o apraz a obra da Casa da Juventude. Espera que este seja um projecto ambicioso, que seja uma verdadeira Casa da Juventude, com espaço para realização de

2010.02.26

actividades de jovens, *workshops*, conferências, tertúlias, onde os jovens possam ter também algumas consultas de atendimento na área da sexualidade, na área da toxicoddependência, e em várias outras áreas de preocupações de juventude. Dispôs-se a apresentar mais algumas ideias.-----

Referenciou a atitude dialogante do novo Presidente da ARS Norte contrantando com a atitude do anterior Director, o qual nunca teve a coragem de dizer que o SAP não encerrava em Vale de Cambra, tendo de ser um Membro da Assembleia a garantir isso.-----

Por fim, referiu o acordo da sua bancada (PS) na localização do novo Centro Hospitalar, por ser uma zona central. Fica contente com o consenso entre os Presidentes de Câmara no sentido de arranjar um local profícuo para os três Municípios e que diminua as expensas tanto dos Municípes como também do próprio Estado Central.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu desconhecer a situação com o estagiário e que todos os estágios têm de ter um orientador na Câmara pelo que acha estranho que não tenha entregue os relatórios. Acrescentou que o Dr. Miguel Alves fez esse levantamento e que irá disponibilizar o mesmo.-----

Referenciou ainda um outro estudo que visava saber o porquê dos casais terem cada vez menos filhos e as medidas que a Autarquia poderá tomar para minimizar a situação. Deu como exemplo a abertura de creches em horário nocturno, uma vez que muitos Municípes no concelho trabalham por turnos. Dispôs-se a enviar o referido estudo por e-mail para quem o desejar.-----

Relativamente à Casa da Juventude informou que esta tem já um programa definido, estando contemplado tudo quanto foi referido pelo Dr. João Pedro. Disse-lhe que poderá consultar o programa junto da Divisão de Planeamento,

2010.02.26

concretamente junto da Dra. Paula Ribeiro. Disse a todos quanto queiram contribuir com novas ideias para essa Casa da Juventude que obviamente estão receptivos a estudá-los e analisá-los.-----

Referiu o quão diferente é pertencer à Área Metropolitana do Porto. Mesmo nas questões da saúde, as reuniões na ARS do Porto são muito diferentes daquelas tidas em Coimbra, havendo mais diálogo, o que será bom para todos os Valecambrenses. O mesmo acontece quando se fala na Delegação das Estradas de Portugal, pois conseguiram em pouco tempo desbloquear uma situação que se vinha a prolongar por muitos anos – o pedido de desclassificação do troço da EN 328, entre o Bela Vista e a Rotunda de Entre-Pontes. Por fim, convidou todos os presentes a assistir às sessões da Assembleia Metropolitana do Porto.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

9. APROVAÇÃO DA MINUTA DA ACTA DA SESSÃO.A Assembleia Municipal

deliberou, por unanimidade dos vinte e oito membros presentes, aprovar a minuta da acta da presente sessão. -----

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO DE HARMONIA COM O NÚMERO 6, DO ARTIGO 84.º, DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO: Não se registaram intervenções por parte do público presente.-----

Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por concluídos os trabalhos e encerrou a sessão, eram vinte e duas horas e cinquenta minutos, da qual se lavrou a presente minuta da acta que vai ser assinada por si e pelos secretários.-----

O Presidente _____

O 1º Secretário _____

